



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

CPI - VIOLÊNCIA CONTRA JOVENS NEGROS E POBRES			
EVENTO: Reunião Ordinária	REUNIÃO Nº: 0231/15	DATA: 07/04/2015	
LOCAL: Plenário 4 das Comissões	INÍCIO: 15h35min	TÉRMINO: 17h19min	PÁGINAS: 42

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

--

SUMÁRIO

Definição do plano de trabalho da Comissão e deliberação de requerimentos.

OBSERVAÇÕES

Há palavra ou expressão ininteligível.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Boa tarde a todas e a todos.

Havendo número regimental, declaro abertos os trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito — Violência contra Jovens Negros e Pobres.

O nosso primeiro item da pauta é a leitura da ata. Informo aos senhores...

O SR. DEPUTADO DELEGADO EDSON MOREIRA - Eu peço a dispensa, se for possível, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Informo aos Srs. Parlamentares que estão disponíveis cópias da ata da 2ª Reunião Ordinária desta Comissão.

Indago ao Plenário se há necessidade da leitura. *(Pausa.)*

A pedido do Deputado Delegado Edson Moreira, está dispensada a leitura da ata.

Em discussão a ata. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, coloco-a em votação.

Os Deputados que a aprovam permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Está aprovada a ata.

A reunião de hoje foi convocada para aprovação do roteiro de trabalho da Comissão e deliberação de requerimentos.

Quero convidar — e já está aqui conosco — a nossa nobre Relatora, Deputada Rosângela Gomes. Passo a palavra à Relatora, para apresentar, sucintamente, porque já foi lido, o roteiro de trabalho com as alterações sugeridas na reunião anterior pelos membros desta Comissão.

Com a palavra a Deputada Relatora Rosângela Gomes.

A SRA. DEPUTADA ROSÂNGELA GOMES - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, boa tarde.

Mais uma vez, é uma satisfação imensa estar aqui nesta Comissão com V.Exas., dividindo um trabalho tão importante, tão relevante para o nosso País.

Na semana passada, para os Deputados que aqui não estavam, nós fizemos a leitura da sugestão do plano de trabalho. E tínhamos algumas sugestões de alteração. Eu mesma, Sr. Presidente, tenho algumas ponderações a serem acrescentadas. Nós fizemos uma introdução do trabalho da Comissão Parlamentar,



aprovamos alguns requerimentos e fizemos sugestões de outros, falamos do objetivo da nossa CPI, falamos das prioridades...

V.Exa. quer que eu retorne a leitura de tudo? (*Pausa.*) Não é preciso, não é?

Falamos das prioridades; falamos da identificação do problema e da solução; falamos do prazo para a conclusão dos trabalhos e período de investigação; falamos das reuniões, das oitivas, do roteiro em si, da solicitação dos apoios institucionais, dos requerimentos — inclusive aprovamos alguns —, das oitivas. Sugerimos a este Plenário a representação do relatório final, da proposta de alteração. E, a meu ver, Sr. Presidente, o que é mais importante, antes da conclusão, também foi sugerido fazer uma prévia — acho que foi V.Exa. que sugeriu.

E, a meu ver, Sr. Presidente, para reflexão, porque nós conversamos com a Assessoria — em um dos dias V.Exa. também estava presente, no seu gabinete; e depois, hoje, com a Assessoria... focamos também o cronograma de trabalho, que é o mais importante, para que possamos ter celeridade e aproveitar o máximo possível o tempo de trabalho.

Feito isso, Sr. Presidente, eu devolvo a palavra a V.Exa., mas focando a importância do cronograma de trabalho. E também tenho uma série de sugestões a fazer. Uma delas é a de convidar as autoridades de administração direta e indireta do Poder Executivo federal, estadual, distrital e municipal; autoridades do Poder Judiciário e do Ministério Público Federal e Estadual; também representantes de organizações da sociedade civil, do Movimento *Hip-Hop* e movimentos sociais ligados também a fato determinado que justifique a existência da CPI. A academia nós já havíamos sugerido na sessão passada; representantes dos conselhos representativos, como o Conselho Nacional de Promoção de Igualdade Racial, o Conselho Nacional de Juventude, o Conselho Nacional de Segurança Pública, o Conselho Nacional de Política Cultural, o Conselho Nacional de Saúde, o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, a Comissão Permanente de Combate à Tortura e à Violência Institucional, o Conselho Nacional de Direitos Humanos.

Visitas: já foram, de pronto, referendadas por V.Exa.

Eram essas as nossas considerações.



Quero apenas fazer uma solicitação Sr. Presidente: que pudéssemos fazer as oitivas nos Estados onde os indicadores do *Mapa de Violência* fossem mais concentrados, que tivessem maior violência. Que pudéssemos começar por aí.

Eram essas as nossas ponderações, se V.Exa. e o Plenário concordarem, para que possamos efetivamente definir o relatório, a sugestão do plano de trabalho, e passar aos Srs. Deputados a cópia do mesmo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Obrigado, nobre Relatora.

Não sei já foram distribuídas cópias. (*Pausa.*) Estão tirando?

Então, a base do roteiro é aquilo que nós discutimos na reunião passada. A Secretaria da CPI foi imprimir cópia do roteiro, para que possa ser distribuído.

Ao item 3, dos encaminhamentos, foi acrescentado... Na verdade, direciona um pouco quais são os objetivos desta CPI. É uma pena que ainda não tenham chegado as cópias, mas serão entregues. Mas nós temos aqui... É fruto de um debate anterior. Vários Deputados e Deputadas se manifestaram um pouco sobre quais seriam os encaminhamentos, do ponto de vista da perspectiva de resultados da CPI.

Então foi apresentado, primeiro, propor e pactuar o Plano Nacional de Combate a Homicídios e Violações de Direitos — seria um dos objetivos. É a ideia do Plano Nacional Decenal de Enfrentamento a Homicídios no Brasil, do ponto de vista das políticas de prevenção e também com o olhar da eliminação e do enfrentamento.

É evidente que a ideia — e a Relatora expos aqui — é de que, com a metade do tempo da CPI, do nosso prazo, ou seja, depois de 60 a 70 dias, nós possamos apresentar uma proposta preliminar, para que essa proposta possa ser debatida nos Estados, com a Comissão e com várias entidades que militam e trabalham com esse tema.

Segundo: uma proposta que aponta para o futuro, que é propor o Fundo Nacional para Promoção da Igualdade Racial. Então, também teria algum pré-projeto nesse sentido, da metade para o final do prazo de duração da CPI.

Terceiro: criar mecanismos para promoção de ações afirmativas e de prevenção à violência para juventude.



Quarto: estimular planos de aperfeiçoamento das Polícias Militar, Civil e Federal.

Quinto: elaborar a PEC do Sistema Único da Segurança Pública.

Sexto: estimular a criação dos Planos Estaduais, Distrital e Municipais de Combate a Homicídios e Violações de Direitos.

E estimular a implementação e o fortalecimento do controle social e da transparência nas atividades de segurança pública.

Por que estou lendo este item do roteiro de trabalho? Justamente, um pouco, para sinalizar os objetivos desta CPI.

Vou abrir a palavra. Passo a palavra ao Deputado Delegado Edson Moreira.

O SR. DEPUTADO DELEGADO EDSON MOREIRA - Isso, a meu ver, ficaria melhor com o desenrolar da CPI, lá para os “finalmentes”. Porque vamos descobrir as causas. Aí, com as causas, nós vamos buscar os antídotos, os efeitos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Com a palavra a Deputada Benedita da Silva.

A SRA. DEPUTADA BENEDITA DA SILVA - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu gostaria de manifestar o seguinte: nós já temos aprovada uma relação de conteúdo, e teremos que fazer uma série de debates. Como nós temos um prazo muito curto, mesmo que tenhamos que renová-lo, seria interessante que já tivéssemos essas agendas prontas, o que iremos fazer de agora em diante, para que não acumulássemos audiências. Uma audiência em que não dê tempo para produzirmos algo que ajude no desdobramento... Porque sempre a audiência pública faz com que tenhamos que aumentar ou apenas diminuir as investigações, porque traz conteúdo, não só para o relatório, mas também para que possamos, no registro, fazer um acompanhamento.

Eu pediria, Sr. Presidente, que já pudéssemos ter, nos Estados já colocados, uma data, para que pudéssemos articular essas audiências, porque elas vão requerer uma série de articulações: “*Vamos fazer na Bahia, vamos fazer em Minas Gerais, vamos fazer no Rio de Janeiro*”. Como serão, então, essas audiências? Quais os pontos que nós, evidentemente, estaremos abordando em cada um desses Estados?



A outra questão que eu gostaria de colocar é que a Comissão de Direitos Humanos visitou, no Rio de Janeiro, a Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa e também esteve lá no Alemão. Seria muito interessante que a CPI, dentro do possível, acompanhasse também um pouco alguns desses trabalhos que a Comissão de Direitos Humanos vem fazendo, de investigação, de visitas *in loco*, na sua pesquisa de campo. Não precisaríamos nos deslocar. Pegaríamos um membro da CPI que seja daquele Estado, para ele poder fazer esse acompanhamento. Isso facilitaria muito.

Eu não pude me fazer presente, acompanhar a Comissão de Direitos Humanos, mas teria sido muito interessante acompanhar aquele processo lá e também a audiência que foi feita na ALERJ. Nós não sabíamos. Eu soube praticamente no dia em que a Comissão já estaria no Estado.

Mas eu gostaria de dar essa sugestão. Acho que isso contribui.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Obrigado, Deputada Benedita da Silva. Há vários requerimentos nesse sentido, que vamos apreciar daqui a pouco, tanto da nobre Relatora quanto de minha autoria, sobre a questão do assassinato do menino Eduardo de Jesus Ferreira, acontecido no dia 2 de abril.

Quero também informar à Comissão que estou pedindo à Secretaria da CPI que solicite aos Líderes dos blocos e dos partidos que indiquem os seus suplentes. Nós estamos conseguindo quórum só com os titulares. Portanto, no Bloco do PMDB e dos demais partidos, há oito vagas de suplentes; também no PT e no bloco com o PSD, sete vagas; no PSDB e PSB, seis vagas; no PTC e PSOL.

Por quê? Porque, a partir dessas indicações, qual é a ideia do nosso roteiro de trabalho em relação às visitas e às audiências públicas nos Estados? A ideia é a de que possam ser designados pela Presidência coordenadores e Sub-Relatores, para ficarem responsáveis por trazer as informações de cada Estado brasileiro. Então, a ideia era a de que fizéssemos isso esta semana, mas não foi possível. Nós vamos ver se conseguimos até a quinta-feira da próxima semana. Aí nós já vamos ter todos os que vão coordenar, os Sub-Relatores. Nesse sentido, vai ajudar muito e vai dar uma dinâmica maior a esta CPI. E também vamos contar com maior número de Deputados e de Deputadas participando ativamente da CPI.



Portanto, eu espero que, sem ser nesta, na próxima quinta-feira, nós possamos designar todos os coordenadores e Relatores dos Estados. E, a partir daí, vamos começar a organizar esses calendários, num prazo de 30 a 40 dias. Por quê? Porque é importante que já tenhamos também um pouco o norte das audiências nos Estados, das oitivas, das visitas — visitas aos casos emblemáticos —, para que possamos ir aos Estados e não fazer apenas um evento, mas ter um movimento de enfrentamento à questão do homicídio, e que também possamos trazer bastantes dados para o nosso trabalho. Então, é um pouco nesse sentido.

A nobre Relator vai acrescentar, eu acho... Vou passar a palavra para a Deputada Relatora Rosângela Gomes.

O SR. DEPUTADO DELEGADO EDSON MOREIRA - Sr. Presidente, depois eu queria pedir a palavra.

A SRA. DEPUTADA ROSÂNGELA GOMES - Sr. Presidente, só a título de sugestão, primeiro, Deputada Benedita, só para acrescentar — e V.Exa. é uma Deputada do Estado do Rio de Janeiro, como eu também —, hoje pela manhã nós tivemos uma reunião com movimentos sociais, na Comissão de Direitos Humanos, e esse tema, essa questão da visita da Comissão foi abordada. A maioria dos Deputados não pôde acompanhar. Eu mesma fui informada na madrugada de domingo.

Então, é uma coisa que queremos conversar na Comissão, para que nas próximas ações todos sejam informados e todos participem. Se não puderem ir, já é uma outra coisa, mas que todos tomem ciência, para que não haja esse tipo de desencontro, porque eu acho que é do interesse de todos.

Segundo, eu fiz um cronograma, Sr. Presidente. Se V.Exa. me permitir — porque eu falei muito rápido —, eu vou ler. Se V.Exa. e os demais Deputados acharem que podemos dar sequência...

No dia 7, hoje, seria aprovado o plano; do dia 14 de abril ao dia 30 de maio, visita às autoridades e requisição de documentos e informação; do dia 6 de abril ao dia 10 de abril, audiência pública com o Poder Executivo; do dia 12 de abril ao dia 16 de abril, audiência pública com a sociedade civil e academia; do dia 19 de abril ao dia 23 de abril, audiência pública com especialistas em segurança pública e com as instituições do Poder Judiciário; do dia 26 de abril ao dia 30 de abril, audiências



públicas com indiciados ou acusados de prática de violências, mortes e desaparecimento de jovens negros e pobres no Brasil; do dia 4 de maio ao dia 7 de maio, audiência pública com vítimas, testemunhas e familiares de atos de violência; do dia 11 de maio ao dia 15 de maio, audiência pública com academia, cientistas sociais e estudiosos do tema; do dia 18 de maio ao dia 22 de maio, análise e exposição dos dados recebidos; do dia 25 de maio ao dia 29 de maio, visita a Maceió, Rio de Janeiro e Salvador, Bahia; do dia 1º de junho ao dia 5 de junho, visita a Recife, Belém e ao Entorno de Goiás.

Hoje também recebemos uma representação de Ceilândia. Falando sobre a questão da violência, mais tarde eu gostaria de sugerir uma visita ao local.

Do dia 8 de junho ao dia 12 de junho, visita ao Espírito Santo, a São Paulo e a Minas Gerais, aos respectivos Estados.

Nos meses de abril, maio, junho e julho, reuniões administrativas; reuniões administrativas para sistematização dos grupos de trabalho e análise dos dados; reuniões de grupos de trabalho sistematização dos relatórios dos grupos de trabalhos; compilação final de dados e apresentação do relatório final; e votação do relatório.

E o sétimo passo seria uma prévia. Se V.Exas. entenderem que esta programação, que este cronograma compreende, poderíamos já dar o *start* ao nosso trabalho, para não perdermos mais 1 semana.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Nós poderíamos, a partir da sugestão de vários Deputados e Deputadas, em relação a dar visibilidade a este tema também nos Estados e talvez envolver mais as Assembleias Legislativas, as Comissões de Direitos Humanos, criar comissões especiais nesses Estados. Eu imagino que poderíamos, além dos Estados que estão colocados aqui para visitas e audiências, porque são os Estados que têm o maior índice de violência... Isso é fato. Nós temos oito Estados que têm uma média: para cada assassinato de um jovem branco, em tese, nesses oito Estados, há de 19 a 20. São os Estados que... De acordo com o *Mapa da Violência*. E nós receberemos aqui, na quinta-feira — nós já temos marcada uma audiência... Vamos iniciar um debate com Julio Jacobo sobre o *Mapa da Violência*.



Mas eu queria propor à nobre Relatora que pudéssemos, abrindo o cronograma... Quarenta e cinco dias eu acho que seriam suficientes, porque permite a mobilidade da Mesa, dos Vice-Presidentes — e são vários —, mais a Relatora e o Presidente, de estarem junto com os coordenadores e Sub-Relatores nos Estados brasileiros. Poderíamos fazer uma força-tarefa e dividir com a Mesa, para a Mesa dirigente da CPI estar presente. Quarenta e cinco dias eu acho que são suficientes.

Então, eu imagino que, a partir do dia 30 de abril, até o dia 15 de junho — em 45 dias —, conseguiríamos ir, contando, evidentemente, com a militância, com a participação de todos os Deputados e Deputadas, coordenando no seu Estado, no Estado vizinho. Porque não teremos Deputados de todos os Estados. Em alguns Estados, ou vamos designar alguém que tenha interesse no tema, ou vamos designar o Deputado de um Estado vizinho. Mas eu acho que é possível. Envolveríamos vários Deputados nesta bandeira, nesta luta.

Então, a minha sugestão é de que abramos essas audiências estaduais no prazo de 30 de abril até o dia 15 de junho.

E até lá, Relatora, a partir daqueles eixos que pretendemos desenhar, teríamos uma proposta, um esqueleto, para que pudéssemos também, nas Assembleias Legislativas, ter um foco para o debate, para que a sociedade civil pudesse ir contribuindo com proposições que apontam para o futuro, nesse sentido, não ser só um evento, mas ser um grande movimento de enfrentamento a homicídios no País.

A SRA. DEPUTADA ROSÂNGELA GOMES - Sr. Presidente, eu queria quebrar o protocolo do ritmo do trabalho, para saudar e dar boas-vindas aos alunos do Centro de Ensino Pompílio Marques de Sousa, de Planaltina. *(Palmas.)*

Sejam bem-vindos, futuros gestores deste País! A Casa é de vocês. Sejam muito bem-vindos a esta Casa!

Nós aqui estamos no trabalho da CPI que apura assassinato de jovens negros e pobres no nosso País. Então, é muito importante a presença de todos vocês, que serão os futuros gestores deste País.

Muito bem-vindos! Saudações. *(Palmas.)*



O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Obrigado pela presença. E vocês poderão participar sempre pelo Portal da Câmara, o portal interativo da Câmara, o *site*, para mandar sugestões, *e-mails*.

Então, contamos com a participação e o olhar de vocês. Muito obrigado pela presença.

Com a palavra o Deputado Orlando Silva.

O SR. DEPUTADO ORLANDO SILVA - Sr. Presidente, Sra. Relatora, colegas, primeiro quero justificar o meu atraso.

Sr. Presidente, enquanto eu participava de uma manifestação aqui na porta da Câmara dos Deputados, acabou havendo um incidente, e nós acabamos ficando um pouco mais de tempo lá para ver se ajudávamos a estabilizar. E parece que deu certo.

Sr. Presidente, primeiro, queria cumprimentar, pelo plano de trabalho elaborado, a nossa Relatora. Eu considero um plano de trabalho bastante ousado, levando em conta o prazo que nós temos, que é um prazo muito curto. E a nossa Relatora colocou de modo muito preciso as etapas, os objetivos. Delimitou bem a área de pesquisa, de investigação, da nossa Comissão.

Na contramão, se a nossa Relatora me permite, eu só fico imaginando se nós não poderíamos talvez reduzir um pouco o escopo, porque são muitas oitivas, são muitas audiências. Eu vou dar exemplo de uma área que eu conheço mais, que é a do movimento social, em que eu militei durante muito tempo. Muita gente que participa tem pontos de vista relativamente próximos. Sei que é sempre delicado optar por uma entidade ou outra entidade, sempre é muito delicado. Mas, se são pontos de vista relativamente próximos, talvez pudéssemos tentar encontrar uma representação desse ponto de vista.

Do mesmo modo, algumas representações do Estado. Cheguei a comentar, Sr. Presidente, com a nossa Relatora, por hipótese: o Departamento de Polícia Federal é sempre um órgão muito importante no Brasil, mas temo que ele não tenha tanto a nos dizer com relação a esse tipo de atividade, porque não é muito afim ao tipo de atividade desenvolvida pelo Departamento de Polícia Federal.

Se a Relatora permitisse algum tipo de adendo ou sugestão, eventualmente poderíamos ter, Sr. Presidente, um tempo — 48 horas, algo assim — e nós



poderíamos encaminhar para a nossa Relatora tanto sugestões para eventuais lacunas, que poderiam ser ocupadas com algum tipo de representação, quanto alguma sugestão mesmo de síntese, de diminuição, de modo que pudéssemos, digamos assim, ser um pouco mais objetivos, porque é um desafio extraordinário.

Levando em conta que o Presidente Eduardo Cunha está animado, que a pauta da Casa está sempre muito carregada, os Parlamentares atuam aqui, mas atuam em outros espaços, a demanda vai ser muito grande. Então, essa é a reflexão que faço.

E um problema de procedimento, Sr. Presidente, que é da nossa organização interna: se fosse possível, sugiro um ajuste no calendário da Comissão. Porque eu estou com dificuldade. É muita coisa que acontece ao mesmo tempo. E, ao mesmo tempo, eu percebo que, pela manhã, entre as 8 horas e as 10 horas da manhã, às vezes, são horários mais simples para participar de atividades. Então, a reunião de deliberação que está prevista das 14 horas às 15 horas, às quartas-feiras, poderia ser realizada das 9 horas às 10 horas, ou das 8 horas às 9 horas, ou das 8 horas às 10 horas, mas pela manhã. Acordamos um pouquinho mais cedo, já fazemos o serviço e já caçamos outro serviço, porque as tardes são bem difíceis.

Era isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Eu quero agradecer pelas contribuições ao Deputado Orlando Silva, o nosso Vice-Presidente.

Obrigado, Deputado Eros Biondini, pela presença.

Qual é a dificuldade nas quartas-feiras pela manhã? Dificuldade de plenário, porque as Comissões Permanentes, todas, fazem reunião às quartas-feiras.

Pensamos assim: nós temos um dia, a terça-feira, em que a Casa está iniciando... Nesse horário das 14 horas até as 17 horas, 16 horas, eu acho que conseguimos quórum e desenvolver... Na quarta eu acho que vai ser impossível, tanto para a parte deliberativa quanto para audiências. No limite, como as audiências não precisam de presença, de quórum, nós podemos organizar algumas audiências a partir da demanda de setores que queiram falar, contribuir com a CPI.

Mas o ideal é que possamos concentrar os trabalhos nas terças-feiras, à tarde, e nas quintas-feiras, pela manhã, porque combinamos as audiências públicas com as sessões deliberativas. Acho que seria o calendário: todas as terças, à tarde.



Eu acho que, neste primeiro momento, todo o roteiro, na verdade, precisa ser transformado em requerimento, não só porque nós estamos aprovando o roteiro. Necessariamente ele será convidado. Precisa transformar em requerimento de convite ou de convocação. Então, o que eu quero dizer em relação a isso? A Mesa — inclusive V.Exa., como Vice-Presidente — vai decidir como aglutinar, agrupar os convidados. Às vezes serão aprovados, mas nem serão convidados. Por quê? Porque nós já conseguimos o objetivo daquela investigação.

Portanto, eu vejo que tem condição de aprovar, se a maioria dos Deputados concordar, porque, no geral, nós vamos administrar os convidados e tal.

Em relação aos movimentos sociais, eu acho difícil, porque são vários que atuam em diversas regiões e setores. Geralmente a gente marca uma audiência sobre um tema. Tem pesquisador que não dá, não tem agenda, tem setores do movimento que têm outras tarefas. Então, é importante ter um conjunto maior de requerimentos aprovados para que a gente possa ouvir todos os movimentos. Se for possível, todos que quiserem vir participar, nós vamos estar aqui para ouvi-los. Acho que a gente pode pegar um dia e fazer umas três audiências. Eu acho que é possível organizarmos nesse sentido. Podemos fazer uma reunião mais fechada de trabalho com a relatoria e com a Mesa.

Então, eu queria pedir a compreensão dos nobres Deputados. Se for assim entendido, que possamos aprovar esse roteiro de trabalho, entendendo que é uma direção. Mas cada Deputada e Deputado podem apresentar outros requerimentos, que serão apreciados pela CPI. Então, não há impeditivo nenhum e nem também garante que aquele que está no roteiro será necessariamente convidado.

Então, em discussão o roteiro de trabalho apresentado pela nobre Relatora, Deputada Rosângela Gomes.

Com a palavra o Deputado Bacelar.

O SR. DEPUTADO BACELAR - Sr. Presidente, Sra. Relatora, quero parabenizá-los. Realmente é um plano de trabalho bastante amplo. Eu quero, bem rapidamente, Sr. Presidente, só enquanto estamos aqui tratando da apresentação de novo marco legal, talvez incluir um item no sentido de fazermos a revisão do que está nesta Casa, como, por exemplo, a chamada lei dos famigerados autos de resistência, que está nesta Casa e ninguém delibera ou discute. Então, que um dos



itens, nessa parte de apresentação de novo marco legal, fosse a gente levantar o que se encontra na Casa, em que Comissão, em que estágio e, em cima disso, solicitar a agilização do andamento dessas medidas legais.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Deputado Bacelar, o compromisso que o Deputado Eduardo Cunha assumiu com vários processo de votação em relação à segurança pública foi de que em 60 dias ele iria pautar. Então, parece que já tem um compromisso do Presidente da Casa de pautar o projeto que tramita nesta Casa, que é o PL sobre auto de resistência.

Eu acho a sugestão nobre. Vamos fazer um requerimento para que possamos, então, pegar todos os projetos que tratam desse tema. Poderemos fazer, depois, uma reunião de trabalho, para que a Relatora e a Comissão conheçam todos os PLs que tratam de temas correlativos ao nosso trabalho. Nesse sentido é importante. É evidente que podem surgir outras ideias, outros projetos de leis que serão encaminhados. Vai depender do trabalho da CPI.

Então, por enquanto, esses são alguns eixos: fazer a PEC, avançar nessa questão do sistema único. Mas, como o Deputado Delegado Edson Moreira colocou muito bem, pode ser um caminho ou não. Na verdade, é apenas uma direção do que a CPI propõe, para não ficar muito no abstrato. Mas é evidente que esta Comissão e o Plenário têm autonomia total na aprovação do relatório final. Ainda estamos iniciando os trabalhos. Então, peço a compreensão de V.Exa. A sua sugestão é ótima. Vamos pedir ao nobre Secretário Robson que levante todos os PLs que tratam dessa temática. Vamos distribuir, na próxima reunião, para o conjunto de Deputados, e encaminhar ao gabinete dos senhores e das senhoras.

Com a palavra o Deputado Edson Moreira, depois, o Deputado Eros Biondini.

O SR. DEPUTADO EDSON MOREIRA - O problema do auto de resistência, acho que o pessoal desconhece. Eu acho que tem um desconhecimento muito grande sobre isso. Todo auto de resistência é acoplado no inquérito policial — ou no inquérito policial militar ou no inquérito policial normal. E jamais o pessoal vai conseguir acabar com esse tipo de auto de resistência, porque isso aí é uma peça meramente formal, pelo que eu conheço.

Eu atuei nas duas esferas, tanto na militar quanto na civil. Então, o auto de resistência é apenas um complemento. Jamais acabarão com os autos de



resistência pelo seguinte: no art. 329 do Código Penal tem um crime que se chama resistência. Então, todo auto de resistência vai acoplado a uma investigação policial. Quer dizer, já é amplamente investigada. A conclusão da investigação acaba com o relatório final. Eu não conheço o projeto. Até gostaria de conhecer, mas para mim já nasce natimorto, é inócuo, porque já é investigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Com a palavra o Deputado Eros Biondini, depois o Delegado Éder.

O SR. DEPUTADO EROS BIONDINI - Sr. Presidente, Deputado Reginaldo, Relatora, Deputada Rosângela, quero aproveitar a discussão desse primeiro item para, na primeira oportunidade que tenho de me manifestar aqui, dizer que esta Comissão Parlamentar de Inquérito é de total interesse deste Deputado.

Esforcei-me ao máximo, junto à bancada do PTB, para que eu pudesse ser indicado, até mesmo como titular. Não foi possível. Hoje estou na suplência. Mas, não obstante esteja como suplente, estarei atuando junto a V.Exa., a nossa Relatora, aos demais pares aqui, assiduamente, intensamente, porque esta é uma matéria com a qual julgo ter uma grande afinidade. Portanto, ao mesmo tempo, poderei dar algum tipo de colaboração, pelo tipo de trabalho que venho desenvolvendo nos últimos 9 anos, como Parlamentar, e, mais do que isso, nos 25 anos que eu tenho de trabalho voluntário. Tenho a oportunidade de percorrer todos os Estados do Brasil, os maiores e mais longínquos rincões, trabalhando sobretudo com os jovens em vulnerabilidade social. Como V.Exa. bem sabe, trabalhamos juntos na questão da lei sobre as drogas, podendo, então, perceber e constatar a realidade proposta pela CPI. Quero, Sr. Presidente, que V.Exa. sempre inclua, na medida da necessidade, este Deputado nas delegações, nas viagens, porque esse conhecimento, essa experiência numa determinada área de atuação poderá, talvez, elucidar algum ponto que esteja ainda sombrio sobre a realidade da violência contra jovens negros.

Então, fica essa minha fala, essa minha contribuição, e, mais do que isso, essa determinação de estar junto com a Comissão atuando, para que possamos chegar ao final realmente com um relatório que satisfaça o anseio da nossa população.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Obrigado, Deputado Eros Biondini.

Quero aqui dizer para todos os Deputados e Deputadas que a condição de suplente não faz nenhuma diferença nesta Comissão. Pelo contrário, nesta CPI, nós vamos designar para ajudar nos Estados, independente da condição de titular ou de suplência. Quero dizer ao Deputado Eros Biondini que no bloco a que V.Exa. pertence ainda há duas vagas para titulares, independente da posição de suplência. Se V.Exa. articular, seria uma alegria. Independente da condição de suplência ou titular, nós vamos ter aqui uma relação de tarefas de trabalho na mesma condição.

Obrigado, Deputado.

Quero passar a palavra para o Deputado Delegado Éder Mauro.

O SR. DEPUTADO DELEGADO ÉDER MAURO - Boa tarde, Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sra. Relatora.

O tema é de suma importância. Eu hoje sou Deputado Federal, mas há 30 anos estou na Polícia Civil — entrei com 22 anos na Polícia Civil e sempre trabalhando nas ruas. Tive oportunidade de vivenciar muitas mortes, assisti a muitos jovens perderem a vida, perderem suas famílias, as famílias perderem esses jovens pobres, brancos, negros, de todas as cores. A certeza que eu tive em todos esses anos — não querendo dar cor ou dar qualquer outro tipo de conotação ao sentido do que a gente possa apurar, que eu acho que é importantíssimo — é que a causa é mais importante que tudo. Inclusive quero aqui deixar uma sugestão para qualquer debate, para qualquer pessoa que possa vir aqui ser ouvida, seja da Secretaria de Direitos Humanos, seja de qualquer outro Ministério: que nós possamos trazer a materialidade da coisa para dentro da Comissão. Eu acho que é muito mais importante. Seria bom se nós pudermos ratificar o que propõe o Delegado Edson Moreira ou a Deputada Benedita: que alguém já ligado à área ou à Comissão possa fazer o levantamento dos números junto às secretarias de segurança, junto à Polícia Civil, Militar, junto às instituições de direitos humanos — e, além dos números, as apurações; e, além das apurações, a qualificação dessa vítima, de que cor, de que grau de sociedade —, para que a gente possa exatamente definir esta situação: se são negros, se são brancos, se são pardos, se são pobres, se são ricos, ou seja lá de que classe for, mas que se apurem as mortes da nossa juventude, no Brasil.



Uma certeza eu posso dar desses 30 anos que eu tive: quem mais está morrendo e quem mais está matando são as drogas. As drogas são as responsáveis pela maioria das mortes que ocorrem em todos os grandes centros deste País. Inclusive, no Estado do Pará, na Grande Belém, nós temos 3 a 4 mortes por dia; nos finais de semana se elevam a 10 a 12 mortes. Dessas mortes a maioria está entre jovens de 14 a 23 anos. Quase 90% dessas mortes são decorrentes do tráfico de drogas. Ou é alguém dentro da área de boca de fumo, dentro da área do traficante, que está atrapalhando o tráfico, porque é um pequeno ladrão que está chamando polícia para dentro, ou porque é um viciado que não pagou na boca de fumo a droga que ele deve, ou porque é alguém que está querendo concorrer com o traficante, e eles morrem.

Então, é importante, sim, apurar. Mas que a gente apure números, com a qualificação das vítimas e as apurações que foram feitas, para que a gente possa trazer uma realidade para esta Comissão; para que a gente possa passar para o Brasil o que realmente está acontecendo; para que a gente não levante bandeira daqui ou dali sem dados concretos que possam trazer a materialidade e a qualificação dessas vítimas para dentro da Comissão.

Essa é a minha sugestão, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Obrigado, Delegado Éder Mauro, pela contribuição.

Passo a palavra para o Deputado Major Olímpio.

O SR. DEPUTADO MAJOR OLÍMPIO - Sr. Presidente, Sra. Relatora, Srs. Deputados membros da Comissão, eu fiz questão de participar desta CPI porque reputo o assunto de suma importância e espero também, como disse o meu colega de profissão Éder, poder trazer um pouco da experiência policial.

Ao longo de 37 anos na Polícia Militar de São Paulo, tenho assistido com muita tristeza, e muitas vezes me sentindo com as mãos atadas, a centenas e centenas de jovens sendo executados, principalmente nas periferias, sim, porque onde o Estado não se faz presente, onde não existe a lei, cada um faz a sua lei. Lamentavelmente, é a isso que temos assistido.

Fui Comandante na região do Jardim Ângela, do Capão Redondo, do Jardim São Luís, do Jardim Nakamura e tantas áreas abandonadas ou nunca sequer



ocupadas com a presença do Estado, deixando claro que a presença, ainda que insignificante, e essa omissão governamental pela ausência do aparato da segurança pública, é, sim, um fator gerador para que se potencialize esse sentimento de terra sem lei.

E, a título, também, de colaboração, quero dizer que eu não vejo nenhum problema em discutir o projeto de auto de resistência, seguido de morte, porque eu tenho estudado esse projeto. Ele virou mais uma marca, uma marca de nada para lugar nenhum, e vai ser deliberado no plenário como disse o Sr. Presidente.

As polícias estão pouco se lixando sobre o que quer dizer a questão semântica ou a forma de se fazer o registro. Uma ocorrência policial, seja perpetrada por um desconhecido e vá para apuração, seja com a autoria conhecida, ou seja uma ocorrência em que haja participação de policiais, ela tem um registro, sim, ela tem seu laudo, sim. Acontece que nós temos ainda uma total ineficácia do aparato de segurança pública no País, porque não temos investimento para isso; nós não temos sequer regulamentada a situação da polícia brasileira, que está estabelecida no art. 144 da Constituição. Mas faço questão de participar aqui de todos os atos desta CPI. Não vamos aceitar o preconceito de se dizer: *“Olha, vamos ver a questão de auto resistência seguido de morte”*. Como se nós já fôssemos induzir que o grande responsável pela morte do pobre, do negro, na periferia menos assistida, está exatamente na polícia.

Não dá para aceitar isso como verdade. É preciso, sim, que haja o papel da CPI e de se investigar com profundidade, como disse aqui o primeiro requerimento do Deputado Moreira. Vamos buscar, sim. Nós temos um material pronto na maioria da estrutura da Segurança Pública dos Estados. Porque se nós formos simplesmente partir para um debate em relação a projetos ou leis que estejam aqui, nós estaremos fugindo do objetivo da CPI, que é justamente: os corpos estão empilhados nas ruas, o Estado não se faz presente para isso, a polícia é insuficiente, a Justiça é omissa com isso.

Então, a CPI tem muitos focos para se direcionar, em vez de fazermos uma luta interna aqui em relação a um projeto que já está deliberado para ser votado. E a opinião pública vai-se fazer presente exatamente no plenário em menos de 60 dias.

O SR. DEPUTADO JEAN WYLLYS - Peço a palavra, Sr. Presidente.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Com a palavra o Deputado Jean Wyllys.

O SR. DEPUTADO JEAN WYLLYS - Sr. Presidente, boa tarde. Aos demais companheiros, boa tarde. Eu também fiz questão de fazer parte desta CPI, porque eu considero um problema gravíssimo que a juventude, sobretudo a juventude negra e pobre do País, esteja condenada a não ter futuro, esteja condenada a uma gestão que passa pelo encarceramento ou pelo extermínio.

Eu espero que, agora que estamos apresentando esse plano de trabalho, a gente pense em se articular com a Academia, com a produção científica, com o Núcleo de Estudos de Violência da USP, com os trabalhos do IPEA, do IBGE, todas as estatísticas que apontam os números e as vítimas dos crimes de morte no Brasil, dos homicídios.

Que a gente também recorra às pesquisas qualitativas feitas pelos cientistas políticos, sociólogos, antropólogos, os cientistas sociais que fizeram pesquisas profundas, embora qualitativas, acerca da violência urbana que vitima a juventude negra. E que a gente também encare a criminologia midiática que tem um papel preponderante nessas mortes, à medida que representam a pobreza como perigosa, ou quando ela dá espaço apenas para a criminalidade, os delitos praticados por pessoas pobres e negras, que são os matagais, as favelas, as periferias, as invasões, representadas nos programas vespertinos de televisão. Portanto, toda aquela população, não só os delinquentes, mas toda a população considerada perigosa é tratada como categoria de suspeita sobre as quais deve-se debruçar o aparato policial militar.

Além disso, é preciso que a gente faça a devida crítica, avaliando custos e benefícios da chamada guerra às drogas.

Falou-se aqui que a droga é o problema. Sim, a droga é o problema. Eu não diria que a droga é o problema: a guerra às drogas é o problema, uma guerra que tem território, ela não se abate igualmente no território. Ou seja, a guerra às drogas não age da mesma maneira. Quer dizer, os artífices da guerra às drogas não agem da mesma maneira nas áreas nobres como age nas áreas pauperizadas, por exemplo, nem trata as pessoas envolvidas no consumo ou no comércio ilegal de



drogas de classe média, classe média alta e branca, como trata as pessoas pobres e negras das periferias.

Então, a gente tem que encarar os custos dessa guerra às drogas e os benefícios. Onde ela levou? Nós temos hoje meio milhão de pessoas encarceradas; e, dos mais de 50 mil homicídios praticados no Brasil, quase 40% corresponde a essa guerra. Essa guerra abate os traficantes. Claro que estamos falando dos traficantes pobres, negros, dos vapores baratos, dos que sustentam o varejo do tráfico nas periferias, mas não estamos falando, por exemplo, dos que pilotam helicópteros com meia tonelada de cocaína, de pasta de cocaína. Estamos falando de certos traficantes, mas não de outros. E a própria categoria traficante serve para designar determinadas pessoas de determinadas classes sociais.

Então, é preciso ouvir, sim, os custos dessa guerra. Quanto está custando essa guerra aos nossos bolsos? E qual é o resultado positivo? Porque o consumo de maconha não caiu, o consumo de cocaína não caiu, apesar da guerra às drogas. E, quando a gente encarar a crítica à guerra às drogas, temos que pensar na participação indireta do Estado na guerra às drogas. Afinal de contas, ela depende muito da corrupção da polícia ou de parte da polícia, para não estigmatizar todos os policiais. Mas tanto na Polícia Militar quanto na Polícia Civil há agentes corrompidos e participando desse comércio ilegal, inclusive do tráfico de armas — é importante que se diga. Então, nós temos que encarar de fato isso com muita honestidade e com muita coragem.

E, por fim, a gente não pode banir da discussão desta CPI as perspectivas de mundo, as visões de mundo das pessoas. Tem pessoas que acham que a solução para a criminalidade é encarceramento, é repressão. Há pessoas que acham que gerir pobreza no Brasil não é transferência de renda, não é ampliar empregos, não é dar lazer, cultura às pessoas e educação de qualidade. Elas acham que gerir pobreza é encarcerar pobre ou matar ou exterminar. Então, esse embate vai ter aqui, e a gente não vai poder fugir desse embate, nem fingir que ele não existe.

Então, é isso.

Muito obrigado.

O SR. DEPUTADO DELEGADO ÉDER MAURO - Pela ordem, Sr. Presidente.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Eu já inscrevi V.Exa. logo depois da Deputada Benedita da Silva. Pela inscrição é o Deputado Orlando Silva, depois, a Deputada Benedita da Silva e, em seguida, o Deputado Delegado Éder Mauro.

O SR. DEPUTADO DELEGADO ÉDER MAURO - Apesar de estar inscrito, só para fazer uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Deputado Delegado Éder Mauro.

O SR. DEPUTADO DELEGADO ÉDER MAURO - Sr. Presidente, eu só gostaria de voltar a ratificar e insistir que nós possamos fazer um trabalho — e eu quero crer que o trabalho seja sério, senão ele não estaria sendo instalado aqui — primeiro pegando números, para que possamos pegar materialidade e a qualificação de vítimas e o que está sendo apurado. Porque nós não podemos aceitar que tenham pessoas que venham fazer trabalhos direcionados. Trabalhos direcionados, eu fazendo parte da CPI, não vou aceitar e tenho certeza de que muitos colegas também não vão.

Então, querer direcionar que é a polícia que está matando os pobres e os negros, isso nós não vamos aceitar. Apenas quero colocar que eu, que vivi 30 anos fazendo rua, posso dizer que a maioria das pessoas que morrem, principalmente os nossos jovens... Não adianta ninguém querer esconder, porque você vai levar bandeira para ganhar voto e não vai resolver o problema da nossa população, que o que está matando é a droga, sim. A maioria dos jovens que está sendo morta pelos traficantes é por causa da droga. Agora, se o Estado é omissivo em não fazer políticas públicas para que esses nossos jovens estejam praticando esporte e estejam fazendo cursos técnicos para terem outro objetivo de vida, a culpa não é da polícia. A polícia faz o papel dela. Então, nós não vamos aceitar isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Obrigado, Deputado Delegado Éder Mauro.

O SR. DEPUTADO ORLANDO SILVA - Qual é a questão de ordem dele? Eu não entendi, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - É, ele aproveitou para fazer uma nova intervenção.



O SR. DEPUTADO ORLANDO SILVA - Ah.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Deputado Delegado Éder Mauro, na verdade, na reunião anterior, nós apresentamos um roteiro. Dentro do roteiro, todas essas questões levantadas não têm censura. Todas as questões levantadas e devidamente aprovadas vão ser parte do trabalho. É evidente que nós temos que organizar o trabalho, concordo com V.Exa. E a nossa primeira audiência ocorrerá já na quinta-feira, com a questão do mapa da violência. Na segunda, nós vamos fazer o estudo do IPEA, do custo econômico. Então, tem um roteiro.

Portanto, peço a V.Exas. que apresentem requerimentos. Aqui nós estaremos abertos a fazer um amplo debate, porque faz parte da CPI apurar, investigar. Então, nós não vamos estabelecer nenhum tipo de censura.

Com a palavra o Deputado Orlando Silva.

O SR. DEPUTADO ORLANDO SILVA - Obrigado, Sr. Presidente. Eu pedi a palavra porque estava temendo que nós, nesta sessão, desviássemos a rota, que é fixar o plano de trabalho, e passássemos a debater mérito de projetos. Eu considero que não é oportuno que nós façamos isso. Para que o trabalho seja produtivo, nós temos que sair daqui com um plano referendado, em que pese eu mesmo ter proposto alguns ajustes, mas ajustes podem ser encaminhados pela Mesa, eu considero. Nós temos que definir o nosso método de trabalho, e considero que o método proposto pela Deputada Rosângela Gomes é o método adequado.

Eu insisto, os colegas devem observar o roteiro que ela propôs e se basear em dados, em informações do IPEA, do Ministério da Justiça, do DATASUS, que são dados objetivos. Você não vai brigar com os números, você não vai brigar com os dados, não é? Então eu considero que este é o nosso ponto de partida.

E considero, Presidente, que, para que nós possamos ter um bom resultado na condução desta Comissão, todos os colegas devem refletir sobre o que falou o nosso Presidente: a Comissão não pode ter tabus. Porque, se nós começarmos a fazer investigação *a priori* já apontando aonde nós vamos chegar, nós vamos nos enrolar, porque nós vamos partir de pressupostos.

Aqui não há distinção entre os Deputados. Somos todos Deputados. Na Comissão não há policiais, há Deputados eleitos pelo povo de cada Estado para



falar, discutir, investigar, representar o povo. Aqui não tem representante de corporação.

Portanto, eu considero que é muito importante que nós trabalhemos com o espírito aberto, com tranquilidade, com devoção ao nosso País, e com método, para que nós possamos, com método, chegar aos resultados pretendidos.

Eu entendi inclusive a proposta do colega Deputado Bacelar como uma proposta que valoriza a Casa. Existem vários colegas que não estão na CPI que se preocupam com o tema. Então, nada mais razoável que nós nos apropriarmos da elaboração de outros colegas para processá-la no debate e na reflexão que nós fazemos aqui.

Eu queria só marcar esta posição, Presidente, porque eu acho que nós temos que, primeiro, ter o foco no nosso roteiro de trabalho. Como eu disse, o prazo é muito curto, então, foco no roteiro.

O SR. DEPUTADO DELEGADO ÉDER MAURO - Sr. Presidente, eu só quero esclarecer...

O SR. DEPUTADO ORLANDO SILVA - Sr. Presidente...

O SR. DEPUTADO DELEGADO ÉDER MAURO - Não, não é debate, Sr. Presidente, eu só quero esclarecer que não é...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Eu posso garantir a sua inscrição.

O SR. DEPUTADO ORLANDO SILVA - Presidente, eu estou usando a palavra.

O SR. DEPUTADO DELEGADO ÉDER MAURO - ... não é corporação nem é polícia, é o Deputado sim. Agora, a gente não pode iniciar uma CPI também direcionando a coisa...

O SR. DEPUTADO ORLANDO SILVA - Presidente... Presidente...

O SR. DEPUTADO DELEGADO ÉDER MAURO - ... uma CPI que já começa pelo fim, já direcionando tudo! Isso não pode, Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Peço a V.Exa. que garanta a fala do Deputado Orlando.

O SR. DEPUTADO ORLANDO SILVA - Sr. Presidente, primeira coisa, eu recomendo então que nós, além de distribuir os projetos de lei que tratam dessa



matéria, nós também podemos distribuir para todos os membros da Comissão o Regimento da Câmara, porque a lei vale para todo mundo aqui. Nós temos que saber falar e saber ouvir. Eu estou insistindo que nós temos que ter método, critério, tranquilidade, porque estamos aqui não é para ficar quebrando lança, é para tentar refletir sobre um problema social real que existe no Brasil e para o qual nós temos a obrigação de, conhecendo-o, apontar soluções. É disto que se trata. Insisto: é disto que se trata.

Aqui não há Deputado nem de primeira nem de segunda categoria, não há Deputado que é dono da verdade. Aqui todo mundo vai ter que aprender a falar e a ouvir. Aliás, Deus nos deu uma boca e dois ouvidos. Temos que ter paciência, para construir o bom resultado desta Comissão, Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Obrigado, Deputado Orlando.

Nós temos inscritos a Deputada Benedita da Silva, a Deputada Conceição Sampaio, o Deputado Delegado Éder Mauro. Eu queria pedir o seguinte. Nós podemos referendar o plano de trabalho e apreciar os requerimentos, e depois eu volto e vou garantir a intervenção de todos. Por quê? Nós estamos correndo o risco do início da Ordem do Dia, e nós precisamos aprovar os requerimentos para agendar andamento... Vamos lá?

Eu quero submeter à apreciação o roteiro de trabalho apresentado pela nobre Relatora, Deputada Rosângela Gomes.

Com a palavra o Deputado Davidson Magalhães.

O SR. DEPUTADO DAVIDSON MAGALHÃES - Só tenho dois acréscimos a fazer, Sr. Presidente. O primeiro é na relação dos intelectuais a serem ouvidos. Eu apresentei o Requerimento nº 2, que relaciona a Profa. Mary Castro, Coordenadora do Núcleo de Pesquisa e Estudos sobre Juventude da UCSAL e da UFBA. Ele já foi aprovado, então peço essa inclusão na relação de intelectuais a serem ouvidos.

O outro é que eu fiz uma visita ao entorno de Goiás e do Distrito Federal e quero destacar que... O Deputado Bacelar aqui deu uma contribuição importante. Nós temos uma referência que fica próxima, portanto dá para a Comissão participar. O sul da Bahia é hoje campeão de violência, principalmente em cidades com mais



de 200 mil habitantes. Foi inclusive objeto de discussão que no roteiro fosse incluída uma audiência no sul da Bahia.

Era só isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Eu quero, primeiro, mais uma vez, dizer o seguinte: o roteiro sinaliza alguns pesquisadores, estudiosos... Mas ele não define. Tem que ser submetido requerimento para que possam ser aprovados os nomes. Portanto, é uma linha, é um norte.

Passo a palavra à Deputada Rosângela Gomes, para se manifestar em relação a isso.

A SRA. DEPUTADA ROSÂNGELA GOMES - Eu não vejo problema nenhum. A preocupação desta relatoria é trabalhar de forma consensual com os senhores naquilo que for melhor para os trabalhos. Então, como nós sugerimos o Estado da Bahia, eu acho que não há problema nenhum em se fazer nessa cidade específica. Como o Deputado Orlando falou lá atrás com relação à PF, eu acho que a gente, nem que seja a nível de pedir informação por escrito, deve assegurar aqui as instituições, para que elas fiquem à disposição dos trabalhos futuros.

Então, da minha parte, não há problema nenhum.

O SR. DEPUTADO JEAN WYLLYS - Deputada Rosângela...

A SRA. DEPUTADA ROSÂNGELA GOMES - Pois não, Deputado Jean Wyllys.

O SR. DEPUTADO JEAN WYLLYS - Eu tenho uma dúvida, porque cheguei um pouco atrasado. No plano de trabalho, há uma divisão em relatorias e coordenadorias estaduais. Eu tenho interesse em pegar a relatoria do Rio de Janeiro.

A SRA. DEPUTADA ROSÂNGELA GOMES - Está bem. Mas, Deputado Jean, nós combinamos aqui de aprovar o esqueleto, e a gente vai fazendo os ajustes. No tempo oportuno, V.Exa. apresenta o seu nome, para que seja colocado na direção do Rio de Janeiro.

O SR. DEPUTADO JEAN WYLLYS - O.k. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Eu quero propor também, já que houve uma sugestão, o cronograma para os seminários estaduais. Acho que a nobre Relatora tem concordância em relação a esse calendário. E, em segundo



lugar, posteriormente, nós vamos designar esses coordenadores e sub-relatores. Eu já pedi a cada Deputado e Deputada que manifestasse o interesse na Secretaria da CPI, para nós nos organizarmos.

O SR. DEPUTADO DELEGADO ÉDER MAURO - Sr. Presidente, essas escolhas serão feitas como?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - A ideia é que a gente possa pegar os membros titulares e suplentes e fazer as coordenações e sub-relatorias. Todos vão participar nos seus Estados, serão coordenadores e sub-relatores.

O SR. DEPUTADO DELEGADO ÉDER MAURO - As manifestações já vão valer como intenção?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Sim.

O SR. DEPUTADO DELEGADO ÉDER MAURO - Então eu também quero a do Rio de Janeiro, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Está bem.

Os Srs. Deputados favoráveis à proposta permaneçam como se encontram.
(Pausa.)

Aprovada a proposta de roteiro de trabalho da Relatora, Deputada Rosângela Gomes.

Quero passar para o próximo item.

A SRA. DEPUTADA BENEDITA DA SILVA - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Pois não, Deputada Benedita.

A SRA. DEPUTADA BENEDITA DA SILVA - V.Exa. me desculpe. Eu estou aqui aguardando essa votação, mas eu queria me pronunciar, porque na verdade eu não me pronunciei nesta CPI e eu preciso ir para outra Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Vamos ouvir a nobre Deputada Benedita da Silva, que foi a nossa Presidenta na instalação da CPI, depois vamos passar à apreciação dos requerimentos.

A SRA. DEPUTADA BENEDITA DA SILVA - Sr. Presidente, não era bem isso o que eu iria colocar, mas faço questão de fazer aqui a minha manifestação de desejo. Desde quando V.Exa. colocou que tínhamos esta CPI, eu me manifestei para



estar nesta CPI. Só não pude estar numa outra condição, é evidente, porque, V.Exa. sendo do mesmo partido que eu, não caberia eu estar compondo a Mesa. Mas manifestei, desde o primeiro dia, que eu gostaria de que houvesse audiência pública e coloquei o Estado do Rio de Janeiro como um dos Estados que a Comissão pudesse apoiar e aprovar. Coloquei mais ainda: que eu estava inteiramente à disposição, viu, Deputado Jean Wyllys? (*Riso.*) Não estou competindo, não, eu só estou lembrando, porque, como a manifestação de desejo foi surgindo e já foi sendo considerada, eu lembrei-me de que já tinha feito esta colocação.

O SR. DEPUTADO JEAN WYLLYS - Deputada Benedita, eu cedo qualquer espaço para V.Exa. V.Exa. tem autoridade e legitimidade. Eu vou ficar feliz em estar sob sua relatoria, ajudando V.Exa. no grupo de trabalho, com todo o prazer.

A SRA. DEPUTADA BENEDITA DA SILVA - De forma nenhuma! Eu vou estar colaborando para a decisão que for melhor para esta Comissão, porque tenho certeza de que serás um ótimo Relator. Eu estarei dando, de qualquer forma, a contribuição no Estado do Rio de Janeiro.

Eu quero, Sr. Presidente, apenas por conta das colocações que foram feitas, apesar de não estarmos aqui fazendo discussão de mérito, primeiro dizer que este roteiro aprovado é excelente, vai nos dar um norte, para que nós possamos trazer a contribuição necessária para os debates nesta Comissão.

Eu vou falar como uma anciã nesta Comissão, alguém que já participou de algumas CPIs. O nosso objetivo, e essa orientação assim o diz, o nosso objetivo aqui é realmente dar um basta, fazer uma busca, para essa direção. Não podemos mais conviver com esta mortalidade da nossa juventude, da nossa juventude negra, com esta violência, seja por droga, seja por arma, seja por qualquer tipo de envolvimento. Não dá para que a gente não faça esta discussão, e despojados de qualquer outro sentimento.

Eu, enquanto mulher negra, eu quero estar despojada de qualquer outro sentimento, enquanto mulher negra, enquanto mulher que sabe perfeitamente que a maioria dos jovens que estão morrendo — estão matando, mas estão morrendo mais do que matando —, eles são jovens negros. Não considerar isso é não considerar uma estatística, é não considerar o fato de que temos políticas públicas



não para que sejam uma compensação, mas exatamente para que possa haver uma inclusão.

São vários os pontos. Há a questão de gênero para ser colocada nesta discussão. É por isso que eu peço aqui a esta CPI, às minhas companheiras e aos meus companheiros Parlamentares, que a gente tenha a sensibilidade de fazer com que nós possamos entender que é, sim, gente de baixa escolaridade, que são, sim, negros, que são, sim, pobres... Há brancos? Há também. Nós não queremos que morra ninguém, nem policial, nem queremos que morra a nossa juventude. Para isso é preciso que a gente trabalhe com afinco nesta CPI.

E, apenas para concluir, nós temos dados reais e concretos. Nós não faremos desta CPI um palanque, porque nós temos Organização Mundial da Saúde, nós temos IPEA, nós temos IBGE, nós temos PNAD, nós temos PNUD, nós temos Ministério da Justiça, nós temos Instituto Médico Legal, então nós temos vários órgãos que podem perfeitamente nos acompanhar em qualquer exagero que nós possamos verbalizar aqui nesta CPI.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Obrigado, Deputada Benedita.

Eu passo agora aos requerimentos, para que o roteiro de trabalho possa ser colocado em prática.

Submeto à apreciação da Comissão os seguintes requerimentos:

Requerimento nº 6, de 2015, do Sr. Deputado Delegado Edson Moreira, que *“requer sejam efetuadas diligências nas 27 unidades da Federação para ouvir os chefes dos Departamentos de Homicídios das Polícias Cíveis Estaduais”*.

Com a palavra o nobre Deputado Delegado Edson Moreira.

O SR. DEPUTADO DELEGADO EDSON MOREIRA - Sr. Presidente, todos os institutos, todos os núcleos especializados no estudo da criminalidade, eles vão buscar o conteúdo nos laudos de necropsia. Os institutos — DATASUS, Ministério da Justiça, etc. — vão lá! E eu, como especialista em criminalidade e segurança pública pelo CRISP... O Sapori, o Beato, eles vão buscar a fonte lá no departamento de homicídios. É lá que vai-se saber de todos os assassinatos. Sobre as mortes pode ser que o DATASUS saiba, mas os assassinatos, *in loco*, têm que estar lá,



todos, a menos que estejam plantados em algum lugar, e aí ninguém acha. Então, isso é importante. Por que fazer? Com a radiografia que o senhor vai pedir mais essa ouvida, nós vamos ter, com certeza, um esqueleto total das mortes e dos assassinatos nos 27 Estados do Brasil. Para a gente fazer esse negócio, é de suma importância essa diligência.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Consulto se algum Deputado deseja encaminhar contrariamente à matéria.

Pela ordem, tem a palavra o Deputado Delegado Éder Mauro, depois o Deputado Major Olímpio, depois o Deputado Davidson Magalhães.

O SR. DEPUTADO DELEGADO ÉDER MAURO - Sr. Presidente, só quero ratificar o requerimento do Delegado Edson e dizer que não existe andamento primeiro nesta CPI que não este de consultar, em todos os Estados da Federação, as delegacias de homicídios, onde estão todos os inquéritos referentes a todos os anos. É obrigatório estar lá. De lá, a equipe que tiver que ir, seja uma comissão montada aqui por esta Comissão, seja direcionada a qualquer um dos Estados, para que possa levantar e ter a confiabilidade, sem nenhum estado de ânimo outro, para que possa fazer esse levantamento... Porque lá nos inquéritos policiais, de qualquer ano e de qualquer dia, vão estar lá as mortes, vai esta lá o motivo da morte, a *causa mortis*, vão estar lá a qualificação da vítima, dizendo se era branca, se era negra, se era parda, por que morreu e o que foi que aconteceu. Então, não existem dados melhores para o começo desta CPI do que esses.

Eu só tenho aqui a ratificar e dizer que, sem dúvida, será o melhor procedimento a ser tomado por esta CPI para que a gente possa ter a materialidade do que está acontecendo. Nós vamos ter um retrato fiel do que está acontecendo. E eu tenho certeza de que nós vamos poder ter exatamente a condição de saber que 90% da nossa juventude está morrendo pelas drogas e com as drogas. Não adianta a gente querer direcionar para outro tipo de coisa. Existem outros tipos de morte? Existem. Eu não quero aqui defender policial bandido, porque policial bandido tem mais é que estar preso. Se ele praticou uma execução, seja contra negro, seja contra branco, contra rico, contra pobre, ele tem que pagar por isso. Agora, eu estou aqui também para participar de uma CPI para que ela possa exatamente apurar a realidade do que está acontecendo.



Eu, que há 30 anos estou na rua — não estou há 10 dias fazendo segurança pública, nem estou em outras coisas, caindo de paraquedas para falar do assunto — não dizer que o que está matando a nossa juventude são as drogas... Isso eu não vou aceitar! Porque a gente tem a certeza de que isso está acontecendo, e as políticas públicas a partir do resultado desta CPI, para levar para os Governos, não só da Federação, mas dos Estados, são exatamente para que a gente possa fazer com que os Governos façam políticas para que isso seja evitado, para que os nossos jovens não venham a morrer nas ruas como estão morrendo. Este sim é o resultado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Com a palavra o Deputado Major Olimpio.

O SR. DEPUTADO MAJOR OLIMPIO - Sr. Presidente, eu creio que são da mais alta relevância os 11 requerimentos apresentados. A minha proposta a V.Exa. seria, se não houver contrariedade de nenhum dos presentes, que nós já votássemos em globo a aprovação dos requerimentos. Daí, eventualmente, V.Exa. abriria o debate para aqueles que ainda quiserem debater.

O SR. DEPUTADO JEAN WYLLYS - Poderíamos aprovar...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Deputado Jean Wyllys.

O SR. DEPUTADO JEAN WYLLYS - Desculpe-me, Presidente. Eu fiquei com medo de V.Exa. fechar sem eu fazer esta colocação. A gente pode até aprová-los em globo, mas eu gostaria de subscrever alguns requerimentos e acrescentar algumas pessoas aos requerimentos que eu subscrever. Eu gostaria de fazer isso. Caso a gente vá aprová-los em globo, eu queria dizer quais são os que eu quero subscrever e de sugerir nomes de outras pessoas.

Eu quero lembrar para as pessoas que, mais uma vez, se a gente chegar a esta CPI com certezas e com autoritarismo de “não aceito” e “aceito”, esta CPI perde a função, ela não tem por que existir. O papel da CPI é promover uma investigação ouvindo todos os dados e atores possíveis, para chegar a um resultado, e não chegar aqui com achismo e com a autoridade da experiência, que muitas vezes não quer dizer nada.

Outra coisa. Em que pese a importância do requerimento do Deputado Edson Moreira, que é um requerimento importante, é preciso lembrar que documentos das



delegacias não são transparentes, eles têm opacidade. A gente precisa dar opacidade a eles, pela maneira como eles são feitos, pelas condições em que são feitos, pelos caminhos que as investigações tomaram. Quer dizer, não é desse jeito. Ali não há uma autoridade por si só na documentação.

Então, vamos tomar cuidado com o que a gente fala, porque senão a CPI perde função. O papel da CPI é investigar, ouvir todo mundo, e não chegar aqui com certezas prontas de “é isto o que está matando a nossa juventude”. A gente vai descobrir o que está matando a juventude ao fim e ao cabo da CPI. Quando a CPI se concluir e apresentar seu relatório, a gente vai, depois de ouvir todo mundo, os institutos, os cientistas, as ONGs, a sociedade civil, a polícia, a gente vai poder dizer com segurança o que está matando a juventude, e não chegar aqui afirmando, “eu não aceito o contrário”. Não é bem isso, não.

Então, se vamos aprovar globalmente, eu queria dizer quais são os requerimentos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Na verdade, o Regimento não permite a aprovação em bloco. Por quê? Porque alguns requerimentos implicam gastos, portanto a Presidência da Câmara não autorizaria. Então, eu preciso aprová-los individualmente. O que eu peço, então, são intervenções em relação ao encaminhamento da matéria, porque o Regimento permite o encaminhamento contrário. Então eu peço, nesse sentido, a compreensão dos nobres colegas.

Quero passar a palavra para o próximo orador...

O SR. DEPUTADO DELEGADO ÉDER MAURO - Sr. Presidente, só para o questionamento dos requerimentos. O que será votado são os requerimentos, não é?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Sim.

O SR. DEPUTADO DELEGADO ÉDER MAURO - Eu tenho as minhas certezas. Cada um tem as suas certezas. Não estou colocando aqui a certeza dos outros. Eu tenho as minhas, pelo que eu vivi e pelo que eu vivo na rua, e eu sei e não vou esconder isso de ninguém. Eu sei que os nossos jovens estão morrendo pela rua e eu vou tentar trazer isso para a CPI, tenha certeza disso. Agora, eu não estou aqui fazendo exatamente... Eu estou dizendo que eu tenho a certeza de que os jovens estão morrendo pela rua, mas não estou chegando aqui e dizendo que



quem está matando os jovens é a polícia. Na cabeça desse pessoal só tem a polícia, só tem a polícia, e isso eu não vou aceitar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Nobre Deputado...

O SR. DEPUTADO DELEGADO ÉDER MAURO - Se tem que ser exatamente independente, nós vamos ser.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Deputado Delegado Éder Mauro, vamos passar a palavra para o próximo orador. Aqui é evidente que nós não vamos censurar a opinião de ninguém. Todos têm que manifestar a sua opinião, a sua vivência, a sua experiência. E está aberto também o processo de (*ininteligível*). Então vamos lá.

Com a palavra o Deputado Davidson Magalhães.

O SR. DEPUTADO DAVIDSON MAGALHÃES - Vou omitir aqui qualquer tipo de avaliação apriorística, senão não teria função esta CPI, senão é só fazer uma declaração de intenção de fé e de certeza, e aí o processo investigatório perde o sentido.

Quanto ao requerimento — eu vou me deter ao requerimento —, eu acho que o requerimento tem conteúdo interessante. É uma fonte de dados que precisam ser analisados pela CPI. Eu quero apenas adaptá-lo ao roteiro que nós aprovamos. São nove os Estados que nós vamos visitar. A minha sugestão ao Deputado Delegado Edson Moreira é que, nesses seis Estados, a gente incorpore, na visita que nós vamos fazer, a oitiva desse segmento departamento de homicídios, porque nós não vamos ter tempo de visitar os 27, e incorporar os que não forem ouvidos em uma das audiências públicas daqui. Sendo assim, para mim não tem problema. O problema principal é só incorporar a sugestão, que eu acho uma sugestão boa, no corpo do roteiro que nós aprovamos. Então, esses nove seriam incorporados. As unidades departamento de homicídios das Polícias Cíveis seriam ouvidas nessas oitivas que nós vamos fazer nos Estados. Se por acaso isso não satisfizer o conjunto da Comissão, ou se o próprio Deputado não se sentir satisfeito com as informações, a gente poderia incorporar os outros numa outra audiência pública, que seria realizada aqui pela Comissão.

Então, é esta a sugestão. Eu parablenizo a iniciativa. Acho a iniciativa interessante.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Em votação o Requerimento nº 6, do Deputado Delegado Edson Moreira.

Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

O SR. DEPUTADO DAVIDSON MAGALHÃES - Deputado, é o seguinte. Ele...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Na verdade, o requerimento aprova os 27 e tem um roteiro que tem priorizadas... Porque nós temos 8 Estados onde, pra cada 1 jovem branco assassinado, são 19 a 20. Um indicador de que o Julio Jacobo vai falar aqui é o Mapa da Violência. Até 12 anos, é 1 morte de branco para cada 100 mil habitantes, e para negro é 1,3 para cada 100 mil, portanto números muito próximos. Depois, de 12 anos até 21, 22, em 8 Estados passa de 1 branco para 19 a 20 negros, e no geral você tem aí quase 3 negros para cada 1 branco. É tão evidente, que nós vamos concentrar.

O Mapa da Violência aponta também que nós temos 142 cidades no Brasil com mais de 90% dos homicídios no País. Então, é evidente que, a partir da caminhada, nós vamos encontrando como nós vamos trabalhar e vamos concentrando, a partir de uma mesa bem democrática e ouvindo o conjunto de Deputados e Deputadas. Então V.Exas. podem dar um voto de confiança, porque nós vamos com bastante tranquilidade encaminhar isso.

Eu quero passar para a aprovação do Requerimento nº 7, do nobre Deputado Zé Silva, que *“requer a realização de Audiência Pública para debater o mapa da violência contra jovens negros e pobres do meio rural no Brasil”*.

Com a palavra o autor do requerimento, meu conterrâneo Deputado Zé Silva.

O SR. DEPUTADO ZÉ SILVA - Sr. Presidente Deputado Reginaldo, demais Parlamentares que aqui se encontram, eu quero pedir desculpa a V.Exas., porque eu estou presidindo uma audiência pública aqui no Plenário 6, sobre o Plano Safra da Agricultura Familiar.

Sr. Presidente, eu tenho uma vida toda ligada à agricultura, especialmente à agricultura familiar, já há quase 3 décadas. E as nossas cidades, em virtude do modelo de desenvolvimento equivocado que os Governos brasileiros fizeram, achando que todas as pessoas, para se desenvolver e ter qualidade de vida, tinham



que vir para as cidades... De 1975 até hoje, a população do campo e da cidade se inverteu. Em 1975, nós tínhamos 85% da população no campo; hoje, esse percentual se encontra nas cidades. O resultado é um dos pontos que V.Exa. propôs para debate nesta CPI: cidades inchadas, sem condição de receber os nossos jovens, moços e moças, que saem do meio rural.

Eu sou um desses que saiu do meio rural. Tive a felicidade de a educação me acolher. Hoje, as nossas comunidades rurais, as nossas comunidades quilombolas, os Municípios que têm populações indígenas — V.Exa. é majoritário lá de São João das Missões — são assolados pelas mazelas sociais das drogas e outras sobre as quais não preciso discorrer aqui.

A proposta desta CPI me fez dedicar um tempo para a gente também saber o que vem causando essa violência para a juventude do meio rural, principalmente para aqueles que ainda insistem em ficar no campo, sem ter escola de qualidade, sem ter saúde, sem ter lazer e sem educação. O mundo que o espera, onde o sonho vira pesadelo, é exatamente a violência.

Para se ter uma ideia, Sr. Presidente, uma última informação: dos jovens das cidades de até 34 anos, 52,5% ainda conseguem ter um curso médio ou superior; no meio rural, apenas 17%, um terço. Então, a gente já tem uma sinalização de que a educação não atende essa juventude. Mas aqui o ponto aonde nós queremos chegar são as causas verdadeiras. Então eu queria pedir o apoio dos Parlamentares para a aprovação desse nosso requerimento.

O SR. DEPUTADO JEAN WYLLYS - Eu subscrevo o requerimento do Deputado Zé Silva e, na subscrição, eu queria sugerir alguns nomes para a audiência. Não tem problema, não é?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Então, vamos pela ordem: Deputado Bacelar, Deputado Jean Wyllys e Deputado Zé Silva, para acatar ou não a sugestão.

Deputado Bacelar.

O SR. DEPUTADO BACELAR - Sr. Presidente, logo após votarmos o requerimento do Deputado Zé Silva... Eu quero dizer a V.Exa. que já temos quórum no plenário e que temos uma medida provisória para votar.



O SR. DEPUTADO ZÉ SILVA - Acatada, Sr. Presidente, a subscrição do Deputado Jean Wyllys.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Acatada a subscrição do Deputado Jean Wyllys pelo Deputado Zé Silva.

Então, passemos ao processo de votação.

Os Deputados que aprovam o Requerimento nº 7, do Deputado Zé Silva, subscrito pelo Deputado Jean Wyllys, permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o Requerimento nº 7.

Passamos à votação do Requerimento nº 8, de 2015, da Sra. Rosângela Gomes, que *“solicita seja convidada para participar de Audiência Pública desta CPI a Exma. Sra. Ideli Salvatti, Ministra de Estado Chefe da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, para debater sobre o Plano Nacional de Enfrentamento à Violência Letal de Crianças e Adolescentes e as estratégias de políticas públicas adotadas pelo Governo Federal para reduzir a incidência de homicídios entre a população jovem no Brasil”*.

Para encaminhar, concedo a palavra à nobre Relatora, Deputada Rosângela Gomes, autora do requerimento.

A SRA. DEPUTADA ROSÂNGELA GOMES - Essa oitiva já é objeto do trabalho. Eu acho que não há nenhuma divergência, não é?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Processo de votação.

Os Srs. Deputados que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Requerimento nº 9, de 2015, também da Deputada Rosângela Gomes, que *“solicita sejam convidadas a participar de Audiência Pública desta CPI as entidades que subscreveram o protocolo de intenções para redução de barreiras de acesso à Justiça aos jovens em situação de violência”*.

Para encaminhar, concedo a palavra à Deputada Rosângela Gomes, autora do requerimento.

A SRA. DEPUTADA ROSÂNGELA GOMES - Há alguma objeção? Sociedade civil?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Em processo de votação.

Os Deputados que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*



Aprovado o Requerimento nº 9.

O SR. DEPUTADO DELEGADO EDSON MOREIRA - Estou de acordo com tudo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Como o roteiro de trabalhos tem que se submetido a requerimentos, para que a gente possa dar encaminhamento futuro, nós precisamos da aprovação. Então peço só um pouco de paciência.

A manifestação oral do Deputado Edson Moreira é pela aprovação de todos os requerimentos.

Requerimento nº 10, da Sra. Rosângela Gomes, que *“solicita seja convidada para participar de Audiência Pública desta CPI a Exma. Senhora Nilma Lino Gomes, Ministra de Estado Chefe da Secretaria de Políticas da Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República”*.

Para encaminhar, concedo a palavra à Deputada Rosângela, autora do requerimento.

A SRA. DEPUTADA ROSÂNGELA GOMES - Este também é objeto do plano de trabalho.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Passemos à votação.

Em votação o Requerimento nº 10.

Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Requerimento nº 11, de 2015, da Sra. Deputada Rosângela Gomes, que *“solicita sejam convidados a participar da Audiência Pública desta CPI representantes do Observatório de Favelas e do Laboratório de Análise da Violência da Universidade do Estado do Rio de Janeiro”*.

Para encaminhar, concedo a palavra à Deputada Rosângela Gomes, autora do requerimento.

O SR. DEPUTADO JEAN WYLLYS - Também está claro o objetivo. Eu quero subscrever este requerimento e gostaria de sugerir, por conta da subscrição, alguns nomes, pelo menos um.

A SRA. DEPUTADA ROSÂNGELA GOMES - O.k.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Com a palavra o Deputado Jean Wyllys. Também o Deputado Davidson Magalhães pede para subscrever o requerimento. Havendo concordância...

A SRA. DEPUTADA ROSÂNGELA GOMES - Será muito bem recebido.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Então o Requerimento nº 11, da Deputada Rosângela, é subscrito pelos Deputados Jean Wyllys e Davidson Magalhães.

Com a palavra o Deputado Jean Wyllys.

O SR. DEPUTADO JEAN WYLLYS - Era isso, eu só queria subscrever e dizer que na subscrição eu queria sugerir nomes.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Com a palavra V.Exa. para a sugestão de nomes.

O SR. DEPUTADO JEAN WYLLYS - Aqui já está um nome sugerido. Eu posso passar depois, para a gente ganhar tempo. Pode ser, Deputada Rosângela?

A SRA. DEPUTADA ROSÂNGELA GOMES - Pode ser. Passe depois.

O SR. DEPUTADO JEAN WYLLYS - Não se preocupe, porque é alguém absolutamente em consonância com o tema proposto para a audiência, está bem?

A SRA. DEPUTADA ROSÂNGELA GOMES - Eu não tenho dúvida disso.

O SR. DEPUTADO JEAN WYLLYS - Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Passemos à votação.

Os Deputados que concordam com a aprovação do requerimento permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o Requerimento nº 11, subscrito pelo Deputado Jean Wyllys e pelo Deputado Davidson Magalhães.

Requerimento nº 12, de 2015, da Sra. Deputada Rosângela Gomes, que *“solicita sejam convidados a participar de Audiência Pública desta CPI representantes da Anistia Internacional e da Justiça Global”*.

Para encaminhamento, concedo a palavra à Deputada Rosângela Gomes.

A SRA. DEPUTADA ROSÂNGELA GOMES - Há alguma objeção? *(Pausa.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Passemos à votação.

Em votação o Requerimento nº 12.

Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*



Aprovado o requerimento.

Requerimento nº 13, da Sra. Deputada Rosângela Gomes, que *“solicita que a CPI acompanhe as reuniões da Comissão de Direitos Humanos e Minorias em parceria com entidades da sociedade civil e do poder público estadual e municipal, para colher subsídios sobre a violência contra a população negra nos estados brasileiros”*.

Para encaminhar, concedo a palavra à Deputada Rosângela Gomes, autora do requerimento.

A SRA. DEPUTADA ROSÂNGELA GOMES - Este é aquele requerimento em que nós falamos na semana passada. Poderíamos cruzar as informações com a Comissão de Direitos Humanos. Eu acho que ficou bem claro isso.

O SR. DEPUTADO JEAN WYLLYS - Isso. Eu quero subscrever, Deputada, e quero sugerir o nome de Douglas Belchior, que é ativista do EDUCAFRO. Pode ser?

A SRA. DEPUTADA ROSÂNGELA GOMES - Não há nenhum problema.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - O Deputado Jean Wyllys pede subscrição, também apresentando nomes para a nossa audiência pública.

Com a palavra também a Sra. Deputada Rosângela Gomes.

A SRA. DEPUTADA ROSÂNGELA GOMES - Já falamos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Acatada a subscrição e aprovada a indicação do nobre Deputado Jean Wyllys para a audiência pública.

Quero passar a presidência para a nobre Relatora, Deputada Rosângela Gomes, para que eu possa apresentar alguns requerimentos.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Rosângela Gomes) - Requerimento nº 14, do Sr. Deputado Reginaldo Lopes, que *“solicita informações à Secretaria de Segurança Pública, ao Ministério Público, à Polícia Militar e à Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro a respeito das investigações sobre a morte do menino Eduardo de Jesus no complexo do Alemão”*.

Com a palavra o Sr. Deputado Reginaldo Lopes.

O SR. DEPUTADO REGINALDO LOPES - Todo mundo acompanhou esse ocorrido lamentável no dia 2 de abril e é evidente que esta CPI não pode ficar omissa diante do que ocorreu. Portanto, estou pedindo que a gente aprove o requerimento, para que a gente possa acompanhar o caso. Eu acho também que, no



andar desta CPI... Muitos casos emblemáticos não foram resolvidos, e talvez nós vamos ter que pedir deslocamento de competência. Mas é evidente que eu não estou entrando nesse debate agora. O que eu quero é dizer que esse atentado a uma criança não pode ficar impune. Portanto, esta CPI precisa acompanhar imediatamente as investigações. Por isso estou pedindo aqui a aprovação deste requerimento.

O SR. DEPUTADO JEAN WYLLYS - Eu quero subscrever o requerimento e quero informar a V.Exa. que o Presidente da Comissão de Direitos Humanos, Deputado Paulo Pimenta, e eu estivemos, segunda-feira, no Complexo do Alemão, em duas reuniões diferentes, depois numa reunião no gabinete do Deputado Marcelo Freixo, que é Presidente da Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa, reunião com diferentes lideranças e representantes de organismos não governamentais do Alemão, acerca não só do caso do Eduardo, mas também dos outros casos que aconteceram desde abril, desde a reocupação militar do território. Foram as reuniões bastante produtivas e frutíferas. Entre os encaminhamentos estava a ideia de a gente tentar fazer uma diligência, tentar aprovar uma diligência no âmbito desta CPI para ir ao Alemão, uma diligência seguida de uma audiência pública local. Então, se V.Exa. acatar — eu quero subscrever e acatar esta sugestão — que façamos essa diligência seguida de uma audiência pública. Eu agradeço bastante.

A SRA. DEPUTADA CONCEIÇÃO SAMPAIO - Presidente...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Rosângela Gomes) - Pois não, Deputada.

A SRA. DEPUTADA CONCEIÇÃO SAMPAIO - Eu quero também pedir a subscrição deste requerimento. O que o Deputado Jean acaba de colocar eu acho bem importante, que esta CPI vá ao local não só do caso do Eduardo, porque, infelizmente, a gente está vivenciando mais um ato de tanta crueldade...

O que mais me espanta — e eu aqui estava muito pensativa — é que esta Casa hoje vive dois parâmetros que a gente não pode deixar de analisar: de um lado se fala da redução da maioria penal, como se fosse ela a solução para os problemas da violência no Estado brasileiro; de outro lado, uma CPI tenta entender o que acontece com os nossos jovens brasileiros, sejam esses jovens negros ou não, mas com os nossos jovens brasileiros. E, se a gente for lembrar, nós temos no País



mais de 31 milhões de jovens na idade de 18 anos para baixo, e em 0,03% dos crimes, um percentual tão pequeno, há um menino envolvido. Mas parece que é a nossa juventude a causa da incompetência do Estado brasileiro, que não consegue dar um basta a essa mancha que nós vivenciamos. E aí eu fico me questionando: de um lado se fala da redução, do outro se tenta salvar os jovens deste País. É uma incoerência o que nós vivenciamos.

Portanto, eu me sinto honrada de estar fazendo parte desta Comissão, porque nós sabemos onde está a causa dessa morte no Brasil. Este País ainda não tem a cara do seu povo, porque, no dia em que tiver, certamente nós não vamos vivenciar tudo o que a gente vê acontecendo na PETROBRAS, não pela empresa ou por homens e mulheres certamente sérios que ali nós temos, mas por tudo aquilo em que se transformou hoje a situação dessa empresa no nosso Estado.

Então, eu me sinto honrada de pertencer a esta CPI, não só por analisá-la como instrumento democrático importante de um Poder Legislativo, mas porque aqui a gente está buscando salvar o nosso futuro. Não se tem futuro sem a coragem de olhar para ver o que está acontecendo com a juventude do nosso País. São os nossos filhos e filhas. Quando acontece com os filhos dos outros, parece que não tem tanta importância, mas deixe acontecer dentro de casa, para ver qual é a nossa reação.

Eu me sinto muito bem representada pela nossa Relatora, pelo nosso Presidente, pelos colegas que compõe esta CPI, que, se Deus quiser, não será apenas mais uma CPI. A gente precisa não só trazer aquilo que todos nós já sabemos — onde acontece e por que acontece —, mas cobrar, para que de fato as leis não sejam belas só no papel, mas elas sejam vivenciadas para resguardar o direito da criança e do adolescente no Estado brasileiro.

Obrigada.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Rosângela Gomes) - Sr. Presidente, eu também, em nome da eficácia da lei, quero subscrever esse requerimento de sua autoria.

Algum Deputado gostaria de falar contra a matéria? (*Pausa.*)

Então passemos à votação.

Em votação Requerimento nº 14...



O SR. DEPUTADO REGINALDO LOPES - Eu quero me manifestar antes, posso?

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Rosângela Gomes) - Por favor.

O SR. DEPUTADO REGINALDO LOPES - Eu acolho a subscrição do Deputado Jean Wyllys, da Deputada Conceição Sampaio e da Deputada Relatora, Rosângela Gomes, mas quero também ampliar a solicitação do requerimento, com a sugestão do Deputado Jean Wyllys. Primeiro, vamos fazer uma diligência, além do pedido de informações. E quero também acolher a proposta de audiência pública, e não na Assembleia, mas que a CPI faça a audiência pública no Morro do Alemão.

Depois peço aos Deputados do Rio de Janeiro que façam os contatos e ao próprio Secretário da nossa CPI que possa organizar com a associação de moradores, com a comunidade, um espaço, porque nós vamos imediatamente, na próxima semana, organizar a audiência pública no Estado do Rio de Janeiro.

Então, está acolhida a sugestão do Deputado Jean Wyllys e acatada a subscrição do Deputado Jean Wyllys e também da Deputada Conceição Sampaio e da Deputada Rosângela Gomes.

Obrigado, Sra. Presidenta.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Rosângela Gomes) - Em votação o Requerimento nº 14. *(Pausa.)*

Ninguém se manifestou contrariamente, então ele foi aprovado.

Requerimento nº 15, do Sr. Exmo. Deputado Reginaldo Lopes, que *“solicita informações à Secretaria de Segurança Pública, ao Ministério Público, à Polícia Militar e à Polícia Civil do Estado da Bahia a respeito dos homicídios ocorridos durante a Operação do RONDESP (rondas especiais) da Polícia Militar, no bairro do Cabula, em Salvador, Bahia”*.

V.Exa. tem a palavra para encaminhar, Deputado.

O SR. DEPUTADO REGINALDO LOPES - Nobre Relatora e Presidenta, no final de semana, um relatório foi publicado na mídia em que a perícia comprova que as balas realmente foram disparadas pelas autoridades do Estado. Isso é muito grave. Portanto, eu acho que a nossa CPI precisa dessas informações, desse relatório. Então, o que eu estou pedindo aqui é que seja encaminhado para a CPI o relatório desse exame balístico, dessa perícia que foi feita.



Também quero aqui acolher... Porque esse requerimento foi apresentado e foi divulgado na Intranet, e o Deputado Bebeto, da Bahia, membro desta CPI, o Deputado Bacelar e o Deputado Davidson Magalhães solicitaram a subscrição deste requerimento. Então, eu quero também manifestar que esses requerimentos estão sendo subscritos pelos nobres Deputados Bacelar, Bebeto e Davidson Magalhães.

O SR. DEPUTADO JEAN WYLLYS - Eu também queria subscrever o requerimento, Sr. Presidente, e quero também comunicar a V.Exa. que, pela Comissão de Direitos Humanos e Minorias, eu também estive em Salvador para ouvir entidades da sociedade civil que estão acompanhando esse caso. Acolhi as denúncias dessas entidades, a denúncia de que a Secretaria de Segurança Pública do Estado da Bahia teria adiado *ad infinitum* a reconstituição do crime porque essa etapa do processo de investigação deixaria claro que as mortes foram resultado de uma execução sumária e não de um enfrentamento, como aponta o laudo da polícia técnica do Instituto Médico Legal.

Posso passar esse relatório para V.Exa., dessa reunião com entidades do movimento negro e outros representantes de grupos de direitos humanos.

E quero pedir também a inclusão de que que seja ouvida a Defensoria Pública, que tem acompanhado esse caso. Então, além de Polícia Civil e Militar, além da Secretaria de Segurança Pública e desses dados, que a gente ouça também, peça um relatório à Defensoria Pública do Estado da Bahia, que tem acompanhado esse caso.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Rosângela Gomes) - V.Exa. quer falar?

O SR. DEPUTADO REGINALDO LOPES - Sim.

Eu quero acolher a sugestão do Deputado Jean Wyllys do ponto de vista de pedirmos informações à Defensoria Pública. E, como nós já aprovamos as visitas aos Estados, que a gente pudesse então organizar uma audiência pública desta Comissão lá em Salvador, acompanhada de uma audiência pública na Assembleia do Estado da Bahia.

Então, quero incluir um relatório com a Defensoria Pública e também a audiência pública em Salvador.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Rosângela Gomes) - Algum Deputado gostaria de falar contra a matéria?



Passemos à votação do Requerimento nº 15.

Em votação.

Os senhores que o aprovam permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovado.

Requerimento nº 16, do Sr. Deputado Reginaldo Lopes, que *“requer seja convidado o Dr. Renato Sérgio de Lima, Vice-Presidente do Conselho de Administração do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, para prestar informações sobre as diversas metodologias de segurança pública, pesquisas e dados sobre a violência, morte e desaparecimento de jovens negros e pobres no Brasil”*.

V.Exa. tem a palavra para encaminhar.

O SR. DEPUTADO REGINALDO LOPES - Eu quero pedir a aprovação dos nobres colegas para este requerimento porque é importante a gente conhecer as metodologias utilizadas. O Dr. Renato Sérgio de Lima tem sido um dos principais debatedores desses índices, então é importante que esta CPI possa ouvi-lo.

Também acho importante, se o Plenário concordar, que a gente conheça a metodologia do Juventude Viva, do Índice de Vulnerabilidade Juvenil. Não faz parte aqui, mas eu queria solicitar que isso pudesse ser incluído também. Em 2011 foi feito todo um trabalho, coordenado pela Secretaria Nacional de Juventude e por vários órgãos interministeriais da Presidência da República, portanto eu acho interessante a gente ter essas duas metodologias, tanto do Juventude Viva quanto do estudo do Conselho de Administração do Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

O SR. DEPUTADO JEAN WYLLYS - Eu quero subscrever. Eu ia sugerir, Sr. Presidente — V.Exa. me antecipou — que a gente ouvisse o Juventude Viva e queria sugerir que a gente ouvisse também sobre a metodologia do Núcleo de Estudos da Violência da USP, que traça o Mapa da Violência no Brasil. Se V.Exa. acatar, nós podemos falar dessas três metodologias.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Rosângela Gomes) - Algum outro Deputado quer se manifestar?

O SR. DEPUTADO REGINALDO LOPES - Presidenta Rosângela Gomes, quero apenas acolher a sugestão sobre o método utilizado pela USP, pelo Núcleo de Estudos da Violência, porque aí nós teremos três metodologias que podem nos orientar bem para conhecermos a atual realidade e também, é evidente, para



propormos ações posteriores a este debate, com o reconhecimento dessa metodologia.

Então, não só acato a indicação do nobre Deputado Jean Wyllys, do ponto de vista da metodologia da USP, como também aceito a subscrição do nobre Deputado.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Rosângela Gomes) - Em votação o Requerimento nº 16.

Os Deputados que o aprovam permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovado o requerimento.

Passo a presidência da Comissão ao Deputado Reginaldo Lopes.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Eu agradeço à Deputada Rosângela Gomes pela presidência dos trabalhos. Quero também agradecer a presença dos Srs. Parlamentares, da assessoria e dos demais presentes.

Não havendo mais nada a tratar, declaro encerrada a presente reunião, antes convocando nova reunião para a próxima quinta-feira, dia 9 de abril, às 9h30min, reunião de audiência pública com a presença do Sr. Julio Jacobo, responsável pelo estudo Mapa da Violência.

Muito obrigado.

Vamos à luta, ao trabalho!